Toda obra é filha de seu tempo, e ao narrar uma história, real ou fictícia, o autor desdobra-se em suas páginas. *Na Bahia, contra o Império*, de autoria do professor István Jancsó, do Departamento de História da USP, é um desses livros que falam das escolhas e da luta de homens e mulheres de 200 anos atrás sob a pulsação de uma época recente da história do país, na qual como nunca se viveu com inteireza e ética o que se acreditava.

Originalmente defendido como tese de livre-docência na Universidade Federal Fluminense, no ano de 1974, e publicado em 1996 pela Hucitec-EDUFBA, o livro do professor Jancsó não traz apenas a história

a prisão veio em poucos dias. Ao ocupar por uma semana seu apartamento, a polícia apreendeu todo tipo de papel que entendia como suspeito, inclusive a tese, escrita em francês, e o original em português. Nunca mais se soube deste material, gerado em anos de pesquisa. Em 1974, diante da possibilidade de participar do concurso de livre-docência da UFF, conciliou as reflexões tecidas no trabalho desaparecido com farta documentação disponível na Biblioteca Nacional e leituras já feitas, defendendo a tese “Contradições, Tensões, Conflito – a Inconfidência Bahiana de 1798”.

E foi na Bahia de dois séculos atrás que o autor percebeu a dimensão dos sonhos de pessoas que almejavam mudar o

CULTURA POLÍTICA E SEDICÃO

do ensaio de sedição da Bahia, em 1798, mas os anseios de uma época recente.

Tendo ingressado como professor na Universidade Federal da Bahia, em 1966, em meados de 1971 viu-se obrigado, como muitos de seu tempo, a sair do país, única alternativa recomendável naqueles anos de chumbo. Em Paris, sob a orientação de Pierre Vilar, prosseguiu seus estudos em torno da questão da formação do Estado Nacional Brasileiro, com o intuito de doutorar-se, mas a possibilidade de resistência ao regime militar trouxe-o de volta ao Brasil em fins de 1972.

Estabelecendo-se no Rio de Janeiro e intensamente engajado na prática política,

país no qual viviam, como a geração estudantil ligada aos círculos universitários dos anos 1960-70. Se há pouco mais de 25 anos os antagonismos se originavam na defesa da liberdade em face da opressão do regime, na Bahia também ambiciona-se por liberdade e pela independência do país. Tudo isso ritmado pela utopia revolucionária fincada na crítica ao então conhecido Antigo Regime, gerando e alimentando propostas explicitamente políticas no Brasil.

A trajetória de *Na Bahia, contra o Império* percorre o cenário conflitivo dessa passagem de colônia para nação independente, esmiuçando o entrosamento e a articulação nervosa dos seres no movimento

DENISE MOURA

é doutoranda pelo Departamento de História da USP e autora de *Saindo das Sombras: Homens Livres no Declínio do Escravismo* (CMU/Unicamp/Fapesp).

Na Bahia, contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1798, de István Jancsó, São Paulo/Bahia, Hucitec/EDUFBA, 1996.

contestatório *bahiense*, revelando que o nascimento do Estado brasileiro vinculase a um período no qual “o mundo novo germinava no ventre do antigo” (p. 33). E a gestação desse mundo novo nos trópicos, que não se interrompe com a sedição abortada de 1798, implicou na ruptura de antigas concepções, valores e modos de vida ligados ao Antigo Regime europeu, que impregnou, com feições amestiçadas, a rotina colonial deste lado do Atlântico.

É no traçado de um trabalho escrito sob a angústia da repressão e a vontade tolhida de liberdade que se percebe que de muita mão da gente de cor e de ofícios mecânicos saiu a crítica ao Antigo Regime, através dos pasquins nervosamente pregados nos can-

sociais que compunham a sociedade da época e constituíram um dos pilares da constituição do Brasil em nação.

Escrito num contexto de esgarçamento dos afetos e relações pessoais, dada a dimensão clandestina assumida pela vida, na qual o amigo mais prestimoso ou o simples passante poderia ser o mesmo que se gredava aos ouvidos oficiais, é sugestivo captar o intenso entrosamento entre as classes em torno de um objetivo político, alinhavando o tecido social da resistência no ensaio de sedição.

Mas a Bahia de 1798 transpira no texto, com suas ruas sinuosas a abrigarem e sintetizarem a dessemelhança, tal qual uma obra barroca nos trópicos. Seu universo

NA BAHIA DE 1798

tos de Salvador em 12 de agosto de 1798. Era o sintoma da ineficácia das reformas portuguesas, visando reassumir as rédeas da colônia. Para tanto, o poder central tentou intervir mais insistentemente na vida da América portuguesa, proibindo atividades produtivas, aumentando o fisco e impondo um sistema administrativo mais organizado, que dilatava a distância entre interesses locais instituídos e os da Metrópole.

Parece importante para o autor situar o processo político que antecede a independência no cerne de um movimento de transformações sociais, práticas de luta, vitórias e derrotas que assinalaram a acumulação de experiências políticas dos segmentos

social desses tempos vibrava com a convivência tensa e harmoniosa das disparidades. O mundo rural e o urbano relacionavam-se organicamente e articulavam o Antigo Sistema Colonial, mas no seu próprio ventre fecundavam tensões em relação a padrões de dominação e poder do Antigo Regime. Basta pensar na organização social já nascida de maneira contraditória com os valores estabelecidos, impondo ao ideal estamentário de modelo europeu as tonalidades próprias de nossa diversificação.

Não é possível pensar na sociedade brasileira sem levar em conta a diversidade ou a indistinção, como bem definiu o belo estudo de Marco Silveira para a antiga Vila

Rica do Dezoito. Acompanhar o autor na sua caminhada pela realidade social vivida na Bahia exige fôlego diante de um turbilhão de fisionomias e astúcias próprias de um povo inventivo na sobrevivência. Nesse percurso pela conformação social da Bahia, ao leitor vão se revelando muitas veredas possíveis para se penetrar na história do cotidiano da época, um campo que tem se tornado muito fértil na historiografia atual. Para sorte de todos nós porque é no ritmo lento e nas relações movediças do dia-a-dia que encontramos situações que nos ajudam a nos entender melhor.

As regras ditadas pela hierarquia estatal em vigor na Metrópole e que pelo menos teoricamente orientavam as relações e as concepções na colônia não se expressavam com nitidez na cidade de Salvador. Mesmo porque a própria cidade é um espaço de maior diversificação de serviços, trânsito de pessoas e possibilidades de criação de novos papéis e campos de atuação. A hierarquização social tende a se diluir no vai-e-vem de pessoas que confundem e escondem sua condição social através de certos símbolos de distinção. Basta pensar que, no sobe-e-desce das ruas de Vila Rica do Dezoito, senhoras brancas passavam ostentando colares com pedras preciosíssimas que mais adiante também ornavam o braço da negra cativa ou forra.

Era inquietante para as autoridades eclesiásticas e laicas na colônias lidar com tamanho dessarano nos ritmos e práticas sociais. Movidos que eram pelos valores estamentais da Metrópole, surpreendiam-se ao bater na porta da casa de um militar e dar-se conta de que, além de branqueado pela miscigenação, era neto de um negro forro, ferreiro que com seu trabalho acumulou o suficiente para ser senhor de escravos.

Nas travessas e ruas estreitas de Salvador, africanos de mesma origem preservavam com gratidão filial suas tradições, desfigurando ainda mais o universo social da época. Misturava-se a gente de nação nagô, hauçá, jeje, tapa, com suas bênçãos respeitadíssimas, as mulheres com turbantes e sianinhas nas saias que identificavam

posições e poderes ancestrais, os quais, atravessando o Atlântico e prosseguindo na colônia, tornavam o cotidiano mais desordenado.

Como espaço aglutinador de desse-melhanças sociais, a cidade abrigava múltiplos interesses incompatíveis com as intenções de controle e dominação da Metrópole. Pouco restava aos senhores de engenho, sufocados em qualquer desejo de investimento maior na sua produção, pois o que lhes era exigido para manter a posição de prestígio e poder que ocupavam implicava gastos infundáveis: comprar escravos, assumir a ampla parentela e dependentes, exhibir-se com ostentação. Havia assim poucas alternativas de criação, dada a subordinação a um sistema que abafava as possibilidades de criação, em defesa de uma relação comercial exclusiva, na qual o Brasil entrava com tudo que pudesse vir da terra.

Mas muitos outros também não viam alternativas de vida sob o sistema no qual viviam, amargurando um casamento forçado e desafetuoso com o estatuto colonial. Eram os profissionais liberais, o povo mecânico, os escravos urbanos e os segmentos inferiores da corporação militar. O motivo da cor era um grande impedimento para ascender a postos de comando numa sociedade de pele predominantemente escura, frustrando expectativas e gerando uma situação incompreensível para a época. O povo mecânico sentia-se cada vez mais asfixiado pelos obstáculos impostos às atividades urbanas, restando-lhe poucas possibilidades de melhorar de vida sob o sistema colonial.

No mundo rural e urbano da Bahia de 1798 estava montado o cenário do drama da crise do Antigo Sistema Colonial, conforme bem talhou o clássico estudo de Fernando Novais e que orienta a trajetória percorrida pelo autor. Um tecido social puído pela movimentação agitada e ávida dos segmentos diversos, tocados pela paixão libertária e ilustrada do Dezoito, ouvindo e falando *francezias* que os faziam vislumbrar um mundo novo e ensaiar, no palco da história, alternativas para mudar o rumo de suas vidas.

Na Bahia, contra o Imperio traduz a textura cotidiana sediciosa de um tempo de inconformismos incontidos, traduzidos em práticas que invertiam ainda mais um universo social já tão desordenado. Tudo confluía para a diluição das hierarquias e boa ordem, a começar pela convivência estreita entre senhores e escravos. As cumplididades entre ambos adocicavam a relação, tornando os cativos, não poucas vezes, desobedientes e questionadores das ordens superiores, além de grande sabedores do que se passava na intimidade das casas, comentando em cada canto da cidade os detalhes da vida de pessoas importantes ou não.

Nem mesmo as corporações militares, senhoras da boa ordem, pelo menos a princípio, faziam respeitá-la, conturbando a rotina dos homens com recrutamentos arbitrários, principalmente dos desafetos, e auferindo pequenas vantagens possíveis para quem empertiga um uniforme. Mais importante para o desvendamento de uma outra face da história do Brasil, a de livros e leitores, no estudo da sociedade baiana deste cenário tenso, é o contrabando de livros de conteúdo sedicioso, que ensinavam as pessoas a se sublevarem com sucesso. Edição e sedição são forças que minam vagarosamente as imposições mais rígidas, como já bem mostrou Robert Darnton.

No interior da sociedade colonial, os seres urdiam tramas revolucionárias, falavam de revolução, não de reformas, falavam de uma República Bahiense, de um movimento antimonárquico e antiabsolutista, e punham em prática ações que desequilibravam ainda mais o sistema vigente, tanto na sua feição mais geral – o Antigo Regime –, como na particular – o Antigo Sistema Colonial. Assim foi que numa manhã de 1798 apareceu queimada a força, grande expressão de um crime de lesa-majestade; que o cirurgião Cipriano Barata interrompeu o padre em santa pregação, berrando contra os cânones religiosos. As pessoas se regalavam com jantares de carne nos dias santos e muitos entendiam que as mulheres casadas não eram obrigadas à fidelidade conjugal.

Mas o sinal mais evidente de que estes conflitos iriam transbordar em mudança radical da ordem estava impresso num papel que se pregou à parede da cabana de uma negra. Muitos outros se espalharam pela cidade. Papéis de revolução, de desafio explícito. Pediam liberdade: de comércio e nacional. Uma intensa cultura política fermentava no que se escrevia, ouvia e dizia.

Na Bahia refaz a tessitura do pensamento político que se encorpava nas reuniões noturnas em casas particulares, quartéis, botequins e lugares ermos. Reconstrói, assim, a experiência contestatória dos grupos insatisfeitos – militares de várias patentes, letrados, clérigos, comerciantes e o povo miúdo – com uma realidade que, mais do que os excluir, incompatibilizava-se com seus interesses específicos.

Foi através da pena e das discussões dessa gente que as questões contra o regime ganharam o estatuto de coisa pública, ultrapassando a fronteira da mera conversa de letrados em reuniões. Os pasquins tiveram, assim, esta função de democratizar a informação, disseminando-a pela sociedade. Tratavam de dizeres de independência, república, liberdade de comércio, pleno direito de propriedade, igualdade de todos perante a lei.

Nas punições impostas pelas autoridades metropolitanas aos sediciosos, cuja rigidez aumentava conforme a cor e condição social do acusado, percebe-se o quanto a mentalidade daqueles que lidam com a justiça mudou pouco ao longo destes duzentos anos: 66% daqueles considerados como réus do ensaio de sedição eram pardos; 66%, artesãos. Nenhum branco recebeu a pena máxima como a morte ou degredo, conforme aconteceu à totalidade dos pardos.

Retomar o ensaio de sedição da Bahia duzentos anos depois é inquietador, em face da indagação que coloca sobre as nossas lutas atuais. Como superar a angústia de uma virada de milênio que parece de horizonte ofuscado pela condição degradante que atingiu a existência humana? Em que acreditamos e por que lutamos?